



USO JUDICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO: RETROSPECTIVA DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ESTUDOS "OIT E TRABALHO DECENTE"

Inscrições até o dia 12-11-2025, neste link









Inscrições até o dia 12-11-2025: https://sisejud.trt4.jus.br/ejud/

DATA/PERÍODO	14-11 (6ª-feira) e 27-11-2025 (5ª-feira)			
HORÁRIO	13h30 às 17h			
FORMATO	Seminário ·			
MODALIDADE	Telepresencial -			
LOCAL	■ Canal da EJud4 no YouTube			
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido	
	Palestr	Ana Virgínia Moreira Gomes	Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho-OIT para a América Latina e o Caribe.	

	Palestr •	Maria Odete Freire de Araújo	Juíza do TRT6.	
	Palestr •	Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualeto	Professora da FGV.	
	Palestr •	Sérgio Paixão Pardo	Bacharel em Direito, Especialista em Normas Internacionais do Trabalho do Escritório da OIT para o Cone Sul.	
	Palestr	Patrícia Maeda	Juíza do TRT15, Coordenadora do Comitê Científico ENAMAT.	
	Moder •	Alexandre Corrêa da Cruz	Desembargador Vice-Presidente do TRT4.	
	Debate •	Bárbara Fagundes	Juíza do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Moder •	Silvionei do Carmo	Juiz do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Debate •	Charles Lopes Kuhn	Juiz do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Moder •	Rafael da Silva Marques	Juiz do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Debate •	Lúcia Rodrigues de Mattos	Juíza do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Palestr	Carolina Cauduro Dias de Paiva	Juíza do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
	Moder •	Gabriela Lenz de Lacerda	Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça	
	Palestr	Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	Juíza do TRT4, integrante do <i>Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente"</i>	
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e de outros regionais; Estagiários(as) do TRT4, Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as); Estudantes; Advogados(as); Público externo em geral.			
VAGAS/N° DE PARTICIPANTES	200 vagas			
CARGA HORÁRIA	7 horas-aula			
JUSTIFICATIVA	O curso "Uso Judicial das Normas Internacionais do Trabalho – Retrospectiva das Atividades do Grupo de Estudos 'OIT e Trabalho Decente'" tem por finalidade aprofundar a compreensão e o emprego das Normas Internacionais do Trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho, favorecendo sua utilização qualificada na interpretação e fundamentação das decisões judiciais.			
	O Grupo de Estudos "OIT e Trabalho Decente" vem desenvolvendo pesquisas, debates e análises de casos concretos que evidenciam desafios, potencialidades e impactos da incorporação dessas normas na prática jurisdicional. Ao apresentar uma retrospectiva dessas atividades, o curso busca sistematizar os principais conhecimentos produzidos, destacando avanços, boas práticas e			

	aprendizados que podem orientar e aprimorar a atuação de magistrados(as), servidores(as) e demais profissionais do Direito.				
	Dessa forma, a iniciativa contribui para fortalecer a cultura jurídica alinhada aos padrões internacionais de proteção ao trabalho, promovendo maior consistência, segurança e coerência na aplicação das normas trabalhistas e reafirmando o compromisso institucional com a promoção do trabalho decente.				
EMENTA	Uso judicial das NITs (Enunciados 1 e 2); Trabalho forçado e cadeias produtivas; Igualdade de oportunidades e de tratamento (Enunciados 3, 4 e 5);Trabalho em plataformas e perspectivas de futuro do trabalho segundo a OIT; Breve (re)apresentação das funcionalidades da plataforma LaborNexus.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	 Uso judicial das NITs Trabalho forçado e cadeias produtivas Igualdade de oportunidades e de tratamento Trabalho em plataformas e perspectivas de futuro do trabalho segundo a OIT Síntese de enunciados e discussões do grupo de Estudos OIT e Trabalho decente Breve (re)apresentação das funcionalidades da plataforma LaborNexus 				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	 Ao final do curso, espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de: Pensar propostas concretas para a aplicação das NIT no contexto da justiça do trabalho. Compartilhar boas práticas e experiências. Desenvolver ações que promovam a equidade e a proteção dos direitos trabalhistas em face das transformações globais 				
METODOLOGIA	O curso utilizará aulas expositivas dialogadas, estudos de casos, análise da legislação e da jurisprudência, debates com possibilidade de perguntas pelo público.				
AVALIAÇÃO	Para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4 e de outros regionais: - Avaliação de aprendizagem (registro reflexivo); - Avaliação de reação. Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.				
CERTIFICAÇÃO	Magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) do TRT4 e de outros regionais A certificação será condicionada à: - Frequência mínima de 75% para servidores(as) e integral para magistrados(as). - Realização da avaliação de aprendizagem satisfatoriamente, dentro do prazo informado. * Importante! A Ejud alterou recentemente o procedimento para registro da presença nos eventos telepresenciais. A frequência deverá ser registrada pelo(a) participante neste link (SisEjud), durante o evento. Em caso de dúvidas, acesse este tutorial ou o documento anexo. - Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as), estudantes. advogados(as) e público externo em geral				
	Para aqueles(as) que registrarem a frequência mínima nas atividades (75%), será disponibilizada uma declaração de participação , que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEJud.				
ACESSIBILIDADE	Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.				
FINALIDADES	 Magistrados(as): Formação Continuada; Promoção por Merecimento. Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção. 				

PROGRAMA

14 de novembro de 2025 – 13h30 às 17h (horário de Brasília)

Abertura: **Alexandre Corrêa da Cruz**, Desembargador Vice-Presidente do TRT4; **Ana Virgínia Moreira Gomes**, Diretora da OIT para a América Latina e Caribe; **Fabiano Holz Beserra**, Desembargador Diretor da Ejud4.

Apresentação: Carolina Cauduro Dias de Paiva, Juíza do TRT4, Coordenadora do Grupo de Estudos da OIT e Trabalho Decente.

Painel 1: Uso Judicial das Normas Internacionais do Trabalho; caminhos e desafios

- Painelista: Ana Virgínia Moreira Gomes, Diretora da OIT para a América Latina e Caribe.
- Moderador: Alexandre Corrêa da Cruz, Desembargador Vice-Presidente do TRT4;
- Debatedor: Barbara Fagundes, Juíza do TRT4.

Painel 2: Trabalho forçado e cadeias produtivas: responsabilidades e instrumentos de prevenção

- Painelista: Maria Odete Freire de Araújo, Juíza do TRT6.
- Moderador: Silvionei do Carmo, Juiz do TRT4.
- Debatedor: Charles Lopes Kuhn, Juiz do TRT4.

27 de novembro de 2025 - 13h30 às 17h (horário de Brasília)

Abertura: **Delaíde Miranda Arantes**, Ministra do TST; **Alexandre Corrêa da Cruz**, Desembargador Vice-Presidente do TRT4; **Maria Silvana Rotta Tedesco**, Desembargadora Diretora da EJud4. Apresentação: **Eliane Covolo Melgarejo**, Juíza do TRT4, Coordenadora Acadêmica da Ejud4.

Painel 1: Iqualdade de oportunidades e de tratamento

- Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualeto, Professora da FGV.
- Patrícia Maeda, Juíza do TRT15, Coordenadora do Comitê Científico ENAMAT.

Moderador: Rafael da Silva Marques, Juiz do TRT4.

Debatedora: Lúcia Rodrigues de Mattos, Juíza do TRT4.

Painel 2: Futuro do Trabalho e plataformas digitais: perspectivas da OIT e experiência nacional

- Trabalho em plataformas e perspectivas segundo a OIT Sérgio Paixão Pardo, Especialista em NIT do Escritório da OIT para o Cone Sul.
- Síntese de enunciados e discussões do grupo de Estudos OIT e Trabalho Decente Juíza Carolina Cauduro Dias de Paiva, Juíza do TRT4, Coordenadora do Grupo de Estudos da OIT e Trabalho Decente.

Moderadora: Gabriela Lenz de Lacerda, Juíza do TRT4, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ.

Encerramento:

 Breve (re)apresentação das funcionalidades da plataforma LaborNexus - Rachel Albuquerque de Medeiros Mello, Juíza do TRT4.

BIBLIOGRAFIA

Será divulgada durante o curso.

OBSERVAÇÕES

Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.

Magistrados(as) do TRT4: Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro/a magistrado/a e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justica e Instituições Eficazes

CURRÍCULOS COMPLETOS

OLÍVIA DE QUINTANA FIGUEIREDO PASQUALETO: Professora da graduação e do programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico, em tempo integral, com dedicação exclusiva, na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pós-doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com financiamento do CNPq. Doutora e Mestra em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Foi bolsista do programa The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund (Sylff) em 2019. Foi bolsista de Iniciação Científica e bolsista de Treinamento Técnico III com o apoio da FAPESP. Foi consultora externa da Organização Internacional do Trabalho. Associada ao Instituto Rede de Pesquisa Empírica em Direito. Coordenadora do Collaborative Research Network (CRN) 8 (Labor Rights) da Law and Society Association. Foi pesquisadora visitante na Université de Bordeaux (Chaire internationale détudes comparées de la santé au travail/CIECST).

ANA VIRGINIA MOREIRA GOMES: Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho-OIT para a América Latina e o Caribe, exercendo a função de Diretora Geral Adjunta no Escritório Regional da OIT em Lima, Peru desde 1 de janeiro de 2024. É professora titular licenciada do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1994), LL.M na Faculdade de Direito da University of Toronto (2009), doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutorado na School of Industrial and Labor Relations da Cornell University (2007). Foi Membro do Conselho Científico da Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho e membro suplente do Conselho Estadual dos Direitos da População em Situação de Rua e em Superação da Situação de Rua CEPOP/CE. Ana Virginia Moreira Gomes coordenou o Núcleo de Estudos em Direito do Trabalho e Seguridade Social na Universidade de Fortaleza. Sua pesquisa trata de questões pertinentes às áreas de direito do trabalho, direito internacional e direitos humanos. Seu trabalho se concentra em temas relacionados ao direito sindical, trabalho precário e vulnerável e direitos fundamentais do trabalho.

MARIA ODETE FREIRE DE ARAÚJO: Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Mestra e doutoranda em Direito do Trabalho pela UFPE. Integrante do grupo de trabalho responsável em elaborar o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo, publicado em 2024. Integrante do Comitê Executivo Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoa do CNJ. Gestora do Comitê de combate ao Trabalho Infantil e estímulo à Aprendizagem do TRT6.

PATRICIA MAEDA: Doutora em Direito do Trabalho (05/2020), mestra em Direito do Trabalho (05/2016) e graduada em Direito (1998) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Pós-doutoramento em Direito (03/2024), pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto (FDRP-USP). Foi bolsista (2014/2015) do Programme des futurs leaders dans les Amériques (PFLA), sob a co-orientação do Professor Titular Angelo Soares, da Université du Québec à Montréal (UQAM). Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Integra o Conselho Curador da Escola Superior da Advocacia do Estado de São Paulo (ESASP). Ex-Auditora Fiscal do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego (1999-2009). Foi Juíza Auxiliar da Direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeicoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) (2024-2025) e Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT) (2023/2024). Ex-coordenadora da Comissão de Estudos Relativos a Questões de Gênero no Direito Internacional, no Direito Brasileiro, na Sociedade e na Magistratura da ENAMAT (2022/2024); e integrante da Comissão de Estudos Relativos a Questões de Raça no Direito Internacional, no Direito Brasileiro, na Sociedade e na Magistratura da ENAMAT (2022/2024). Docente formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). Professora convidada na Escola Nacional de Formação e Aperfeicoamento de Magistrados (ENFAM), no Conselho Nacional de Justica (CNJ) e em diversas Escolas Judiciais. Ex-Presidente da Comissão de 1 Grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual do TRT15 (2021-2022); ex-Coordenadora do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Escola Judicial do TRT15 (2021-2022); ex-colaboradora no Grupo de Trabalho para desenvolvimento de Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no CNJ (2021); ex-coordenadora do Grupo de Trabalho para elaboração dos Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória no âmbito da Justiça do Trabalho (2023/2024).

SÉRGIO PAIXÃO PARDO: Bacharel em Direito. Especialista em Normas Internacionais do Trabalho do Escritório da OIT para o Cone Sul.